

A política educacional brasileira do XIX ao século XXI analisando a política educacional do Estado do Rio de Janeiro<sup>1</sup>

Jane Aparecida Gonçalves de Souza<sup>2</sup>

Segundo alguns autores devido ao modelo de colonização que Portugal escolheu, ou seja, um modelo que optava pela utilização da mão de obra escrava, este não tinha então o interesse de criar uma política de implantação e expansão de um sistema educacional brasileiro. A educação escolarizada, até o século XIX, era direcionada apenas para a camada dirigente, os brasileiros destas camadas continuavam indo para Coimbra ou outros centros europeus para fazer o curso superior; isto porque Portugal não permitia a criação de universidades no Brasil. Foi no início do século XIX que a organização escolar brasileira esteve mais estreitamente ligada à política colonizadora dos portugueses. Isto ocorreu com a vinda da família Real para o Brasil em 1807, onde começa a decadência do regime colonial. Assim, há uma ruptura com o ensino jesuítico, embora não ocorrendo uma mudança significativa no ensino, é implantado o curso superior no Brasil e uns cursos com a finalidade profissionalizante. O ensino Imperial se dividiu em 3 segmentos: primário, secundário e superior. O primário era um curso voltado ao ensino do ler e escrever e o secundário, as aulas de disciplinas isoladas.

Com a Independência em 1824, nasceu então a idéia de um sistema nacional de educação, idéia esta que desapareceu com a constituição, que, por sua vez, descentralizou a educação, deixando-a a cargo das províncias. Com isto, somente as províncias que tinham maiores recursos financeiros poderiam realmente efetivar a instrução primária e secundária. A organização escolar brasileira neste período apresentava grandes deficiências qualitativas e quantitativas. Na verdade, existiam poucas escolas primárias, pois não havia pessoas preparadas para o magistério. Desta forma, abre-se a discussão sobre a criação das Escolas Normais; as primeiras a serem criadas são em Niterói, Bahia, Ceará, São Paulo. No Rio de Janeiro é criado também o Colégio Pedro II que era considerado uma escola padrão e era considerado parâmetro para outros liceus, como o de Angra dos Reis, Campos e o de Niterói. Neste período, podemos observar que apenas o município da Corte, Rio de Janeiro, registra melhora nos níveis de ensino.

A educação, na República, não herdou do Império um sistema de articulação de ensino, ou seja, não era necessária a conclusão do primário para ingressar no secundário e assim por diante.

O Império privilegiava a educação da elite (nível superior) e o secundário por sua vez, era considerado como formador do candidato para a etapa seguinte, com o advento da República o ensino secundário passou a ser o formador do cidadão. Isto não implica na afirmação de que o ensino superior destinado às elites passa a ser desprezado, muito pelo contrário, pois este passa a

---

<sup>1</sup> Parte da dissertação: Avaliação X relações de poder: um estudo do Projeto Nova Escola/ Rio de Janeiro defendida em 2007 no Programa de mestrado em Ciências Sociais UFJF Sob a orientação do Professor Dr. Eduardo Magrone  
<sup>2</sup> Pedagoga, Mestre em Ciências Sociais / UFJF professora do Colégio de Aplicação João XXIII / UFJF

ser competência do sistema federal.

Com isto, o Brasil vive um momento de dualidade de sistemas educacionais e de competências, já que o sistema federal tinha a preocupação de formar a elite enquanto o Estadual limitava-se a organizar e manter a educação das camadas pobres, através do ensino primário e profissionalizante, mesmo assim de forma bastante precária.

Segundo Sento-Sé (1999) na década de 80 do século XIX ou seja, um pouco antes da republica dois problemas precisavam ser debatidos: a monarquia e a escravidão. A monarquia naquele período segundo o autor constituía numa “aberração”, pois o Brasil estava preso a um passado heterônimo e colonial, e a escravidão era uma vergonha, pois manchava a sociedade com a desigualdade e a desqualificação para o trabalho.

Mas mesmo com o fim da monarquia e da escravidão não ocorreram as mudanças que se esperavam. Isto porque a “abolição” não veio acompanhada das iniciativas de integração social e econômica do negro” (131, 132). E a república precisava ser construída pois, “não se transforma um contexto social e cultural com uma “penada” que altere a institucionalidade política” (132). Sento-Sé aponta ainda três atitudes que ficaram evidenciada no final do século XIX até os anos 20 do Século XX em relação a questão nacional.

A primeira tinha por característica a adesão acrítica dos modismos europeus. Uma segunda atitude estava em forjar uma imagem positiva do país, valorizando os traços locais, exaltando o Brasil pela sua riqueza em recursos naturais e a generosidade de seu povo. O mestiço era visto como prova da interação entre as raças. A terceira atitude era dos intelectuais influenciados pelas correntes do pensamento europeu. Eles assumiram atitudes européias e viravam as costas para a realidade nacional, viam na ciência uma forma de conhecer e atuar sobre os problemas brasileiros. Uma outra característica era em relação ao mestiço que de acordo com Sento-Sé (1999) “o mestiço era um híbrido corrompido de raças supostamente puras”. (134). Acreditavam que com o tempo ocorreria um embranquecimento das raças e com isto ela seria poderosa no país. O sertanejo era o percussor deste homem novo.

A partir da década de 10 do século XX, o problema da educação popular passa a ocupar um lugar de destaque na política do país, devido a onda de nacionalismo gerada pela 1ª guerra mundial. A campanha pela divulgação da escola elementar adquire um caráter de combate ao estrangeirismo. Ao ser apontado como o país de maior taxa anual de analfabetismo do mundo por uma pesquisa feita pelos Estados Unidos, o analfabetismo adquire um caráter de uma enorme doença, que impedia o país de pertencer ao grupo das nações cultas e desenvolvidas.

Para combater o anarquismo (estrangeirismo), os comícios e as greves, foi criada a Liga de Defesa Nacional, em 1916 no Rio de Janeiro por Olavo Bilac, Pedro Lessa e Miguel Calmon, sob a presidência de Rui Barbosa, que era favorável ao apoio brasileiro aos Aliados na Primeira Guerra

Mundial. A guerra ajudava a popularizar a idéia do serviço militar obrigatório e reforçava a importância das Forças Armadas. Por defender a idéia do "cidadão-soldado" e do serviço militar como escola de cidadania, a Liga recebeu desde o início o apoio do Exército. Bilac foi o mais importante líder desta liga e enfatizava a importância do engajamento dos intelectuais na causa nacionalista, apontando-os como responsáveis pela defesa da pátria e pela modernização das estruturas sociais.

Para a gravidade de nossa situação moral, o remédio se encontrava, de um lado, no serviço militar obrigatório, para fazer frente ao perigo externo (cobiça internacional) e de outro lado, na instrução, que deveria combater o perigo interno, que se manifesta pela quebra de unidade, pelo extermínio do caráter e pelo perecimento do patriotismo.

Este movimento visa a estabilidade e a grandeza das instituições republicanas e segundo Peixoto (1983,42) seus estatutos objetivam:

...combater o analfabetismo no Brasil, se esforçar para que a Nação Brasileira, ao comemorar o 1º centenário de sua independência, proclamar livres do analfabetismo suas cidade e vilas. (Peixoto, 1963,42)

Neste contexto, na medida em que a sociedade se modifica, passam a requerer educação, medidas educacionais vem tentar fazer um ajustamento da situação vigente, tentando se adaptar aos movimentos sociais, á urbanização e a classe média, assim a União promove cinco reformas: Benjamim Constant (1890) que tinha como princípios orientadores a liberdade e laicidade do ensino, como também a gratuidade da escola primária. Estes princípios seguiam a orientação do que estava estipulado na Constituição brasileira, Epitácio Pessoa (1901) que buscava propiciar uma cultura intelectual necessária para matricula nos cursos superiores; Rivadávia Correia (1911) que buscava propiciar uma cultura geral de caráter essencialmente prático, Carlos Maximiliano (1915) que objetivava uma sólida instrução fundamental aos estudantes, habilitando-os a qualquer exame de vestibular e, por fim, a reforma João Luís Alves (1925) tinha o objetivo de dar um preparo fundamental e geral para vida a estudantes, além de fornecer a cultura média geral do país.

Outra a questão a ser ressaltada é o fervor ideológico que surge no final do Império, sendo levado adiante numa sistemática tentativa de evangelização, pois a democracia, federação e educação são consideradas categorias inseparáveis e são apontadas como a redenção do país. A Educação sofre mudanças significativas, com uma ampla campanha de multiplicação de escolas, é o chamado "entusiasmo pela educação", movimento tipicamente estadual, de matriz nacionalista voltada para a escola primária e escola popular. Seguido pelo otimismo pedagógico que enfatizava

o aspecto qualitativo do ensino.

Este redimensionamento dos problemas educacionais está ligado às transformações que operaram nos setores econômico, social e político do Brasil. Segundo Paiva, 1983, principalmente por conta do fortalecimento do grupo industrial urbano, à ampliação dos setores médios e do proletariado urbano, ao nacionalismo suscitado pela guerra e a pressão em recompor o poder político dentro dos padrões da democracia liberal republicana.

Nagle (1966) afirma que, este movimento teve início com as conferências de Olavo Bilac e a consequente formação da Liga de Defesa Nacional<sup>7</sup>. Acreditava-se que para haver um soerguimento moral da nacionalidade, era necessário alfabetizar, ou melhor, disseminar a educação popular, pois a pessoa alfabetizada adquire seus direitos políticos já que, segundo o Art. 70 § 2º da constituição vigente, o analfabeto não pode manifestar sua vontade política.

Neste contexto, cresceu o entusiasmo pela educação que desencadeou constantes discussões e freqüentes reformas na escola brasileira. Essas discussões saem do congresso Nacional e encontram forças em profissionais interessados no problema da educação. Surgindo nesta época, os profissionais da educação, os editoriais sobre educação, além da inauguração da primeira universidade do Brasil, a Universidade do Rio de Janeiro em 1920.

Neste mesmo período, surgiu também o chamado "otimismo pedagógico", que tinha como base a remodelação do ensino. A difusão da escola, no entusiasmo pela educação (aumento quantitativo), não importa, o importante para os otimistas é remodelar a mesma (preocupação com a qualidade), desta forma Nagle (1966) afirma:

"...o entusiasmo pela educação se manifesta pela alteração de um outro aspecto do processo e, especialmente, pelo esforço em difundir a escola (modelo) existente, no otimismo pedagógico pretende-se a substituição de um modelo por outro. Por essa razão, o entusiasmo pela educação se realiza com os movimentos reformistas, enquanto o otimismo pedagógico realiza-se com os de remodelação..."

Mas toda esta mobilização ligada ao nacionalismo, este interesse pela alfabetização das massas e a preocupação com a qualificação do ensino, não era um interesse dominante, pois mesmos aqueles que embora comprometidos com o nacionalismo se preocupavam com a migração rural- urbana e com os efeitos da alfabetização sobre a estabilidade das instituições. Podemos observar de forma clara esta preocupação no livro de Paiva 1983 que afirma:

Toda essa gente que, inculta e ignorante, se sujeita a vegetar, se contenta em ocupações inferiores, sabendo ler e escrever aspirará outras coisas, quererá outra situação e como não há profissões práticas nem temos capacidades para criá-las, desejará também ela conseguir emprego público. (Paiva, 19983, p. 92)

Assim, como cada Estado tinha autonomia para fazer seu ensino, alguns destes entusiasmados por estas idéias procuraram reformar seus sistemas de ensino, renovando e tornando mais eficientes tanto o ensino primário quanto o técnico-profissional. As reformas do período que mereceram maiores destaques foram as de Sampaio Doria (1920) em São Paulo, Lourenço Filho (1923) no Ceará, Anísio Teixeira (1925) na Bahia Francisco Campos e Mário Casasanta (1927) em Minas Gerais e a de Fernando Azevedo (1928) no Distrito Federal.

O movimento do otimismo pedagógico ganhou força a partir de 1927 com a introdução das idéias da Escola novista que são aplicadas nas escolas normais e primárias de vários estados.

Podemos perceber que a década de 20 as discussões sobre a educação no Brasil ganharam ênfase, neste período foi fundada também a ABE (Associação Brasileira de Educação, esta associação foi fundada por Heitor Lira em 1924, era fruto de um movimento que pretendia chamar atenção das autoridades e educadores em geral para os problemas da Educação brasileira.

De acordo com Cury (1978), até 1930 a Educação estava voltada para os interesses oligárquicos, ou seja, cumpria basicamente três funções: ornamento cultural, preenchimento dos quadros da burocracia do Estado e das profissões liberais (Cury, 1978, p. 18). Foi ao longo desta década ainda segundo este autor que as forças sociais emergente começaram a lutar por uma educação prática, voltada para a formação da força de trabalho. Este tipo de educação era refutada pela Igreja Católica, que lutava por uma educação que preservasse a sua hegemonia político cultural.

Portanto até 1930 vários princípios educacionais são discutidos, entre eles a gratuidade e obrigatoriedade, direito a educação, liberdade de ensino, obrigação do estado e da família no tocante a educação. Estes princípios tornam-se então preceitos para a constituição de 1934, onde muitos destes ideais foram implantados, sendo retirados depois na Constituição de 1937, com a implantação do Estado Novo.

Em 1931 é realizada a IV Conferência nacional de Educação, organizada pela ABE, onde é criado o Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP). Nesta conferência também consolidou a divisão entre católicos e liberais além de resultar num documento fundamental para a história política da Educação brasileira que foi o Manifesto dos Pioneiros.

Este manifesto foi dirigido por Fernando de Azevedo, que defendia a escola pública

obrigatória, laica e gratuita; a construção de um sistema educacional completo, ou seja, conforme as necessidades brasileiras, com uma estrutura orgânica que estruturasse: a escola secundária; a escola técnica profissional, de nível secundário e superior; universidades que pudessem construir a ciência e criar mecanismos para transmiti-la e divulga-la.

Apesar da implantação do Estado Novo os projetos que vinham sendo desenvolvidos tiveram continuidade, o que resultou na implantação definitiva de órgãos como a Universidade do Brasil, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e o Instituto Nacional do Livro. Também foi consumada a reforma do ensino secundário e foi estimulado o ensino profissionalizante, que permitiria a criação do Senai e do Senac. A afirmação dos princípios católicos na condução do ensino superior se faria com a abertura das Faculdades Católicas, que daria origem à criação da Pontifícia Universidade Católica. Modernizar a educação, incentivar a pesquisa e preservar as raízes culturais brasileiras foram metas almeçadas pelos intelectuais que cercavam o ministro <sup>?</sup>, mas essas metas nem sempre foram alcançadas, pois muitas vezes esbarravam nos procedimentos centralizadores e burocráticos do regime.

Entre os anos 20 e 40 do século XX os intelectuais acreditavam que o Brasil já tinha uma sociedade:

“Urgia transformá-la em uma nação através da ampliação de franquias sociais. Para sua ventura ou infortúnio, contaram com uma margem de concordância muito maior do que seus antecessores, com, mais recursos para divulgação de suas idéias, entre os quais a máquina estatal forjaram uma identidade coletiva que não existiam anteriormente.” (Sento-Sé, 1999, p. 144)

Neste período também proliferaram os mitos de identidades nacionais (Casa Grande Senzala e Sobrados e Mocambos de Gilberto Freire) é por muito tempo tido como a declaração da democracia racial brasileira. (Idem, 144)

Novas imagens do homem brasileiro podem ser figuradas no homem cordial (Sérgio Buarque) e Macunaíma (Mário de Andrade) estas imagens se diferem em muito do homem triste (Paulo Prado) e Jeca Tatu (Monteiro Lobato).

Em 9 de abril de 1942, é promulgada, a Lei Orgânica do Ensino Secundário, também conhecida como Reforma Capanema. Por essa lei, foram instituídos no ensino secundário um primeiro ciclo de quatro anos de duração, denominado ginásial, e um segundo ciclo de três anos. Os novos currículos previstos na Lei Orgânica caracterizavam-se pela predominância do enciclopedismo, com valorização da cultura geral e humanística.

Por influência da Segunda Guerra Mundial, a lei instituiu também a educação militar para os alunos do sexo masculino. Reafirmou o caráter facultativo da educação religiosa e obrigatória da educação moral e cívica, e recomendou ainda que a educação das mulheres fosse feita em estabelecimento distinto daquele onde se educavam os homens.

Entre os anos 50 e 60 do século vinte é construída um novo tipo de brasileiro: O banguela. O brizolismo retira das tradições anteriores a tarefa de tornar o povo uma nação mediante mecanismos emancipadores. O Estado tem um papel crucial, pois é este que deverá difundir o ensino formal pelo país e dar forma á nação. A educação aqui tem um papel fundamental.

Na primeira metade dos anos 50 o eixo dos debates políticos estava no confronto de duas forças:

“...de um lado os setores contrários ao imperialismo e defensores do projeto de emancipação nacional, pelo conquista da autonomia frente as potencias econômicas, e, do outro lado, os projetos de desenvolvimento associado ao capital internacional. (Sento-Sé, 1999, p. 146)

Na perspectiva nacionalista, deveriam-se romper os laços de dominação que subordinavam o desenvolvimento nacional aos interesses estrangeiros e uma burguesia nativa que lhes era dócil. A emancipação nacional só seria alcançada com a aliança entre a burguesia conservadora e, as oligarquias agrárias.

Até 1961, a Lei Orgânica do Ensino Secundário permaneceu em vigor quando ocorreu a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Neste período os educadores tentavam explicitar um pensamento educacional articulado com a economia e a política internacional, mas acreditavam que certas reformas de ensino só se realizariam a partir de transformações sociais radicais.

A partir de 1964, as diretrizes para o desenvolvimento do país encaminharam-se na direção de investimentos no capital humano e tecnológico. Esses dois investimentos passaram a ser fundamentais na concretização do ideal de modernidade estabelecido pelo Estado brasileiro. Logo, entende-se a importância que apresenta a educação e a tecnologia nesse momento. Até então (de 1930 a 1955), o Brasil se concentrara em todos os setores produtivos para aumento do investimento em capital físico e social, relegando a plano secundário o investimento em desenvolvimento tecnológico e em recursos humanos. Isto é, a mão-de-obra não havia ainda sido incorporada ao setor produtivo, como capital.

A ditadura militar (1964-1984) elevou a racionalidade técnica ao seu máximo vigor. A planificação foi sendo incorporada como estratégia política para o desenvolvimento com segurança

do capital. Dessa maneira, pouco a pouco, foi sendo priorizada, pelo governo, a racionalidade dos técnicos e dos especialistas. Em relação à educação este período foi marcado por um grande investimento no ensino Superior com a criação de diversas Universidades.

Com toda a crise decorrente dos anos 70 os excluídos se fortalecem e organizam uma oposição política, surgem as históricas greves, os intelectuais exigem maior liberdade e democratização da sociedade em geral.

Há uma crítica à Lei 5692/70 que não apresentava propostas para o grande número de analfabetos e o alto índice de repetência. Desta forma, visando um processo de democratização várias propostas são apresentadas, entre elas a participação popular, discussão sobre a educação, municipalização do ensino etc.

Com o processo da globalização em 1990, ocorrem uma evolução das idéias relativas à educação, polarizando em torno de seu valor econômico.

Nascida de um projeto do Deputado Octavio Elísio (PMDB - MG) após a promulgação da Constituição em 1988, a LDB<sup>2</sup> recebeu um substitutivo, perdeu artigos e ganhou outros sugeridos por associações de professores e universidades. Em 1994, aprovado na Câmara, o projeto foi enviado ao Senado, onde foi substituído por outro o do Senador e Educador Darcy Ribeiro (PDT-RJ). No final a LDB foi costurada com artigos do projeto da Câmara e do Senado. A L.D.B continua em discussão num jogo de forças e de interesses em conflitos entre a sociedade e o governo.

Quanto ao sistema nacional de avaliação no Brasil é bastante recente. Foi em meados da década de 1980 que o governo começou a discutir programas de implantação do sistema de avaliação, numa época em que se debatia o processo de democratização do País. As questões que naquele momento eram focalizadas diziam respeito ao acesso à escola e a qualidade do ensino oferecida pelos diferentes sistemas, tanto na esfera pública quanto na privada.

A partir desses debates, o MEC, por meio do INEP<sup>2</sup>, foi incentivado a desenvolver processos de avaliação sistêmica no âmbito federal, na perspectiva de oferecer diretrizes para as políticas de educação no País. Da mesma forma alguns Estados brasileiros seguiram implementando programas de âmbito estadual. Esses programas apontaram então a necessidade urgente de construção de uma nova cultura de avaliação nos meios educacionais, de modo que os processos deixassem de ser encarados como meios de classificação de alunos e de escolas e passassem a atuar como diagnóstico das situações de aprendizagem e otimização das possibilidades de melhoria da qualidade de ensino. Como este estudo tem como objetivo recuperar parte da história educacional do estado do Rio de Janeiro utilizando como matriz teórica uma sociologia política onde busca apresentar as disputas políticas entre os grupos ou forças existentes no período. A partir deste resgate, detectar as condições sociais e políticas para a implantação de políticas públicas educacionais. Como embasamento teórico trabalhamos em especial com dois autores, o primeiro Marx Weber com a

discussão sobre as formas de governos e as três formas de dominação. Um segundo autor com o qual trabalhamos é o João Trajano Sento-se, que escreveu o livro *Brizolismo Estetização da Política e carisma*, de 1999. A escolha deste autor se deu pela importância de seu estudo sobre a política carioca abordando principalmente no que concerne a Leonel Brizola político contemporâneo, mas também político do passado, com um caráter carismático que promulgava promessas messiânicas de salvação nacional.

Em 1974 assumia a presidência da república o general Ernesto Geisel, com o discurso de se iniciar uma abertura política que pudesse reconduzir o país à ordem democrática. Em 1978 é realizado uma série de medidas para alcançar o objetivo proposto na posse. Com todo a crise decorrente dos anos 70 os excluídos se fortalecem e organizam uma oposição política, surgem as históricas greves, os intelectuais exigem maior liberdade e democratização da sociedade em geral.

A década de 70 do século XX foi uma década dicotômica em relação ao discurso de uma maior abertura em busca de uma redemocratização uma vez que, o presidente da república lançou mão dos poderes garantidos pelo AI5<sup>7</sup>, fechando o Congresso por 14 dias (Pacote de Abril) mas também a censura a imprensa foi gradativamente abrandada.

No início de 1979, governo e oposição travavam um batalha em relação ao poder, a oposição garantia vitórias expressivas nas grandes cidades e nas capitais dos principais Estados, com isto o MDB (mesmo não sendo maioria) consegue conquistar cadeiras no congresso suficiente para tirar da ARENA os dois terços necessários para a aprovação de projetos de lei.

De acordo com Sento-se, 1999.

Neste contexto em que o presidente e seus colaboradores mais próximos dispunham-se a promover a abertura – desde que mantivessem o controle do processo e conduzissem de modo a que não ocorressem mudanças profundas na estrutura de poder -, a oposição, fortalecida por seu desempenho eleitoral, empunhava como sua principal bandeira a redemocratização do regime político e os movimentos sociais ganhavam novo impulso defendendo o respeito aos direitos humanos, um tema específico apareceria como prioritário na agenda política: a anistia aos presos políticos e exilados. ( Sento-Sé, 1999, 51,52)

Como este trabalho está interessado em resgatar os acontecimentos do Rio de Janeiro faz necessário nos deter no nome do senhor Leonel Brizola, político atuante com grandes participações na história política brasileira e principalmente carioca.

Ao definir Brizola Sento-se (1999) afirma que um dos poucos consensos sobre Brizola o seu caráter fortemente carismático. Sendo identificado não somente como um líder carismático, mas também como liderança populista.

Para weber definir um líder carismático é:

é dotado de um forte poder de comunicação, o que permite o estabelecimento de um canal de interação direta entre ele e as massas, mediante o qual são desencadeadas emoções e paixões devastadoras (motivações preferências da ação das massas), gerando estados próximos ao êxtase.

A partir do estudo de Sento-Sé vemos que a figura de Brizola é quase como um mito que tirou o Brasil da pré-história obscura, marcada pela escravidão e posteriormente pela exclusão política e social das massas, assim Brizola aparece como:

Imagem síntese do guerreiro e do estadista. O guerreiro dotado de tenacidade suficiente para enfrentar o inimigo externo, que se imiscui no país para perpetuar sua dependência e miséria. O estadista dotado do saber necessário para identificar e neutralizar os elementos internos que se aliam ao inimigo externo.

Brizola ao retornar do exílio já chega ao Rio de Janeiro criticando duramente o governo chaguismo, o elitismo político tanto da direita como da esquerda, também não se filia ao MDB. Com a extinção dos partidos existentes no período da ditadura militar e a reintrodução do sistema pluripartidário, iniciou-se um duelo de forças entre Ivete Vargas pelo registro do PTB no STE.

Ainda segundo Sento-Sé (1999) a luta pela sigla do PTB tem seus momentos mais dramáticos e pitorescos e a cisão entre o grupo de Brizola e Ivete se transformou em uma hostilidade aberta. Ao final desta disputa o grupo brizolista é derrotado e Brizola num ato teatral rasga dramaticamente a sigla e afirma que “Eles destruíram o PTB mas não irão nos calar”

Este episódio foi a primeira derrota de Leonel Brizola segundo depoimento de Trajano Ribeiro a Sento-Sé, o PTB seria uma sigla avassaladora nas mãos de Brizola, pois tinha o poder de aglutinar pessoas em torno dele, mas com a constituição de uma nova sigla o PDT as coisas seriam diferentes uma vez que ele, Brizola, passa a ser mais importante do que o partido. Mas é bom ressaltar que tanto para os petebistas sob o controle de Ivete Vargas, quanto para Brizola (PDT) a

cisão representou um grande baque.

Em 82 ocorrem as eleições e 60% do eleitorado estão com a oposição. Os Estados promovem mudanças na Educação. É proposta a elaboração de uma nova constituição e conseqüentemente uma nova L.D. B, que entra em discussão em 1988.

Vale ressaltar aqui que o Estado do Rio de Janeiro foi governado por Leonel Brizola por 2 mandatos o primeiro de 1983/1987 e um segundo no período de 1990/1994, este segundo mandato foi marcado por problemas pessoais mas além destes problemas também ocorre o rompimento entre Darcy Ribeiro e Maria Leite Linhares. Com este rompimento assume a secretária de Educação o Senhor Noel de Carvalho sendo seu assessor o Senhor Cláudio Mendonça (1994).

Os movimentos políticos foram sempre de luta pelo poder e, raras vezes, para conduzir o processo a um consenso sobre o que convém ao Estado. São poucos os exemplos de discussões harmônicas entre grupos nas comunidades, em torno de problemas cuja solução seria fundamental ao bem-estar comum. A política educacional como um todo, deveria nascer de realidades sentidas em virtude da diversidade cultural, econômica, social.

Deveria, também, articular uma estrutura administrativa flexível, funcionando com base na fisionomia das necessidades locais. Se assim fosse, a educação poderia resolver, com propriedade, grandes e pequenos problemas. Operando ao reverso, isto é, de cima para baixo, a educação formal acaba por não atingir com qualidade as massas populares, apesar da massificação da matrícula. O contexto social, político, econômico e a força de decisão de um povo em direção ao que alimenta sua esperança é que podem promover e realizar mudanças.

Os erros cometidos não foram, por certo, só de responsabilidade dos legisladores. Eles também são o fruto de um processo vicioso, decorrente do tradicional formalismo da educação brasileira, do sistema autoritário de administrar, asfíxiador e desvirtuador dos propósitos de transformação e de renovação, que, apesar de tudo, ainda surgem e mobilizam os educadores. Compreender os problemas do sistema de ensino e reconhecer suas soluções não é condição suficiente para mudança.

Com o fim do Regime Militar, a eleição indireta de Tancredo Neves, seu falecimento e a posse de José Sarney, pensou-se que poderíamos novamente discutir questões sobre educação de uma forma democrática e aberta. A discussão sobre as questões educacionais já haviam perdido o seu sentido pedagógico e assumido um caráter político.

Para isso contribuiu a participação mais ativa de pensadores de outras áreas do conhecimento que passaram a falar de educação num sentido mais amplo do que as questões pertinentes a escola, a sala de aula, a didática e a dinâmica escolar em si mesma. Impedidos de atuarem em suas funções, por questões políticas durante o Regime Militar, profissionais da área de sociologia, filosofia, antropologia, história, psicologia, entre outras, passaram a assumir postos na

área da educação e a concretizar discursos em nome da educação.

Ao estudar o período do início dos anos 80 do século XX até os dias de hoje, da história educacional do Estado do Rio de Janeiro, percebemos a existência de três projetos políticos que estão em constante disputa. Um projeto que vamos chamar aqui, neste trabalho, de Brizola/Darcy, apresenta uma idéia de povo e nação, identidade única, e para isto a educação é essencial. Um segundo projeto, que aqui chamaremos de PT sindicalizado (interesses), que visa os interesses dos grupos organizados. Este projeto refuta a idéia de uma identidade única, afirmando que esta é a ideologia em favor dos poderosos. E por fim, o projeto três, PSDB/ PFL/ Democratas, que vê a educação como capital humano, desenvolvimento, investimento. A educação é vista como a chave para o desenvolvimento, voltado para a competência, produção de trabalho e riqueza. Neste contexto, o papel do Estado é racionalizar o sistema educacional para otimizar os resultados. Pretendo em estudos futuros analisar estes projetos de forma mais objetiva.

Como observei na pesquisa do Mestrado, a avaliação esteve presente em todos os momentos. Se avaliar é refletir, avaliar é também planejar, estabelecer objetivos. Por isso os critérios de avaliação estão sempre subordinados às finalidades e objetivos que foram previamente estabelecidos para qualquer prática. A avaliação não é apenas um processo técnico; é também uma questão política. A avaliação pode se transformar num elemento que contribui para o exercício autoritário do poder de julgar, mas também pode se constituir num projeto que visa uma mudança qualitativa.

BONAMINO, Alicia Catalano de **Tempos de Avaliação educacional: O SAEB, seus agentes, referencias e tendências**; Rio de Janeiro; Quartet, 2002.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 29 ed. atual. E ampl. São Paulo: Saraiva 2002.

CANEN, A., **Avaliação da Aprendizagem em Sociedades Multiculturais**. Rio de Janeiro: Ed. Papel e Virtual, 2001.

CANEN, A. G. ; CANEN, A. . **Organizações Multiculturais: logística na corporação globalizada**. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna, 2005.

NOGUEIRA, Maria Alice, CATANI, A. Uma sociologia da produção do mundo cultural e escolar. In: P. Bourdieu, **Escritos de Educação**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes : Vozes, 1998, p. 7-15.

OLIVEIRA Dalila A **Gestão Democrática da Educação no contexto da Reforma do Estado** in Ferreira, N. e Aguiar , M. (org) **Gestão da Educação** Belo Horizonte, Autentica, 2002

OTT, Margot Bertoluci. **Tendências Ideológicas no Ensino de 1º Grau** Porto Alegre: 1983.

PAIVA, V. P. **Educação Popular e Educação de Adultos**. 2. ed. São Paulo : Loyola, 1983.

PARO, Vitor Henrique (1995). **Por dentro da escola pública**. São Paulo: Xamã.

PEREIRA, Eva Wairos; TEIXEIRA, Zuleide de Araújo, A educação básica redimensionada; in: BRZEZINSKI, Iria (org) **LDB Interpretada: Diversos olhares se entrecruzam**, São Paulo, Cortez, 1997.

PERRENOUD, p. **Não mexam na minha avaliação**. In: ESTRELA, A., NÓVOA, A. Avaliações em Educação: novas perspectivas. Porto (Portugal) Porto Editora, 1993.

\_\_\_\_\_. **Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

\_\_\_\_\_. **10 novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia diferenciada: das intenções à ação**. Porto Alegre: ARTMED, 2000.

SANDER, Benno.(1977). **Educação brasileira: valores formais e reais**. São Paulo: Pioneira

SAUL, Ana Maria (org). **Paulo Freire e a formação de educadores**. São Paulo, articulação Universidade/escola, 2000. Editora

SCHWARTZMAN.(1995). **Avaliação das políticas públicas em educação**. n.6, vol.3, jan/mar.

SENTO-SE, João Trajano. **Brizolismo estetização da política e carisma**.Rio de janeiro: Editora FGV, 1999.

SNYDERS, Georges. **Escola, classe e luta de classes**. 2a ed., Lisboa, Moraes, 1981.

SOBRINHO, J.D. Avaliação quantitativa, avaliação qualitativa: interações e ênfases. In: **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados PUC/SP**. São Paulo, v.2, jun. 1996.

SOUTHARD,Margarida F. In: Avaliação Educacional. **Em aberto** n. 66, Brasília: INEP, 1995.

TRAGTENBERG, Maurício. **Burocracia e Ideologia**. São Paulo: Ática, 1985.

WEBER, Max. Os três aspectos da autoridade legítima. In: ETZIONI, Amitai (org.) **Organizações complexas: estudo das organizações em face dos problemas sociais**. São Paulo: Atlas. 1967